junto Re
/juntore.com

Demonstrações Financeiras 2025

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

JUNTO RESSEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 09.594.758/0001-70
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submete-se à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Junto Resseguros S.A. ("Junto" ou "Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria.

Desempenho Financeiro

Em 2025, a Companhia atingiu um *market share* de 26,83% na categoria riscos financeiros (dados SUSEP - dezembro/2025). O volume de prêmios de resseguros emitidos líquidos foi de R$ 480,2 milhões (R$ 389,8 milhões em 2024) e o patrimônio líquido ao final do exercício totalizou R$ 419,1 milhões (R$ 372 milhões em 2024). O lucro líquido, por sua vez, atingiu R$ 91,2 milhões (R$ 65,9 milhões em 2024), representando um ROAE de 23,1%. O sólido desempenho financeiro e posição patrimonial se refletem nos *ratings* da Junto, equivalentes a "**brAAA**" pela Standard & Poor's e a "**A Excelente**" na escala internacional pela AMBest.

Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício é destinado à reserva legal, limitada a 20% do capital social. Os dividendos mínimos são de 25% sobre o lucro líquido após a destinação da reserva legal. O saldo remanescente é destinado à reserva de lucros, limitado ao total do capital social.
Em 30 de abril de 2025, foram pagos R$ 22,8 milhões como juros sobre o capital próprio, decorrentes do exercício de 2024. Em dezembro de 2025, foram destacados R$ 44,5 milhões como juros sobre o capital próprio, em montante superior ao constante no estatuto social da Companhia e como parte integrante do dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas, decorrentes do resultado do exercício de 2025.

Combate à Fraude e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Companhia possui controles internos efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas, de acordo com a forma da lei e da regulamentação vigentes. Os controles internos no combate à fraude e prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, contemplam a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento dos riscos envolvidos em situações relacionadas a fraude e lavagem de dinheiro, com relação aos produtos comercializados, negociações privadas, operações de compra e venda de ativos e demais práticas operacionais.

Agradecimentos

Os executivos da Junto Resseguros agradecem aos seus acionistas, clientes e parceiros de negócios pela preferência e confiança e aos seus colaboradores pelo esforço, competência e lealdade que possibilitaram os resultados alcançados nesse exercício.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2026
Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante		1.056.500	940.993
Disponível		137	253
Caixa e bancos		137	253
Aplicações	6	173.442	261.803
Créditos das operações com resseguros e retrocessões		389.590	322.499
Operações com seguradoras	7	322.036	261.670
Operações com retrocessionárias		59.253	53.271
Outros créditos operacionais		8.301	7.558
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	8	489.660	355.013
Títulos e créditos a receber		3.353	1.136
Títulos e créditos a receber		482	638
Créditos tributários		2.796	479
Outros créditos		75	19
Despesas Antecipadas		226	284
Custos de aquisição diferidos		92	5
Seguros		92	5
Não circulante		1.206.078	953.613
Aplicações	6	354.292	196.734
Créditos das operações com resseguros e retrocessões		178.561	172.668
Operações com seguradoras	7	178.561	172.668
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	8	672.804	583.809
Títulos e créditos a receber	16.b	389	350
Intangível		32	52
Outros intangíveis		32	52
Total do Ativo		2.262.578	1.894.606

Passivo	Notas	2025	2024
Circulante		899.291	688.442
Contas a pagar	9	43.545	22.571
Obrigações a pagar		40.008	21.039
Impostos e encargos sociais a recolher		2.731	595
Encargos trabalhistas		121	88
Impostos e contribuições		544	425
Outras contas a pagar		141	424
Débitos de operações com resseguros e retrocessões	10	293.135	240.819
Prêmios a restituir	10.a	6.022	8.435
Operações com retrocessionárias	10.b	287.025	232.384
Corretores de seguros e resseguros		88	–
Provisões técnicas - resseguradoras	11 | 12	562.611	425.052
Passivo não circulante		944.172	834.179
Contas a pagar	9	1.339	2.390
Obrigações a pagar		1.339	2.390
Débitos de operações com resseguros e retrocessões		156.892	154.740
Operações com retrocessionárias	10.b	156.892	154.740
Provisões técnicas - resseguradoras	11 | 12	785.941	677.049
Patrimônio líquido	13 | 14	419.115	371.985
Capital social		212.113	212.113
Reservas de lucros		207.148	160.393
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(146)	(521)
Total do Passivo e Patrimônio líquido		2.262.578	1.894.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2025	2024
Prêmios emitidos líquidos		480.245	389.843
Variações das provisões técnicas		(143.869)	(90.389)
Prêmios ganhos	15.a	336.376	299.454
Sinistros ocorridos	15.b	(288.089)	(171.452)
Custos de aquisição		(9)	–
Outras despesas operacionais		1.357	1.310
Resultado com retrocessão	15.c	43.391	(51.365)
Despesas administrativas	15.e	(19.453)	(14.083)
Despesas com tributos	15.f	(12.980)	(9.904)
Resultado financeiro	15.g	62.751	41.793
Resultado operacional		123.344	95.753
Ganhos com ativos não correntes		(3)	–
Resultado antes dos impostos e participações		123.341	95.753
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(30.712)	(28.385)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	39	5
Participações sobre o resultado	18	(1.425)	(1.445)
Lucro líquido do exercício		**91.243**	**65.928**
Quantidade de ações		473.650.441	473.650.441
Lucro líquido por lote de mil ações - R$		192,64	139,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Demonstrações de resultados abrangentes		
Lucro líquido do exercício	91.243	65.928
Itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado		
Variação no valor de mercado dos ativos financeiros a VJORA	625	(1.281)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(250)	513
Resultado abrangente total	91.618	65.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

		Reservas de Lucros				
	Capital social	Reserva legal	Outras reservas de lucros	Ajuste a valor de mercado Títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	212.113	30.030	93.480	247	–	335.870
Distribuição de dividendos complementares (nota 13.c)	–	–	(6.271)	–	–	(6.271)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	65.928	65.928
Reserva Legal (nota 13.c)	–	3.296	–	–	(3.296)	–
Juros sobre o capital próprio (nota 13.c)	–	–	–	–	(22.774)	(22.774)
Outras reservas de lucros	–	–	39.858	–	(39.858)	–
Ajuste a valor de mercado com títulos e valores mobiliários	–	–	–	(768)	–	(768)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	212.113	33.326	127.067	(521)	–	371.985
Saldos em 1º de janeiro de 2025	212.113	33.326	127.067	(521)	–	371.985
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	91.243	91.243
Reserva Legal (nota 13.c)	–	4.562	–	–	(4.562)	–
Juros sobre o capital próprio (nota 13.c)	–	–	–	–	(44.488)	(44.488)
Outras reservas de lucros	–	–	42.193	–	(42.193)	–
Ajuste a valor de mercado com títulos e valores mobiliários	–	–	–	375	–	375
Saldos em 31 de dezembro de 2025	212.113	37.888	169.260	(146)	–	419.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**91.243**	**65.928**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		21	2
Provisões técnicas		459.170	282.207
Provisões técnicas de ativo de resseguro		(416.226)	(253.660)
Redução do valor recuperável de ativos		(2.994)	3.777
Provisão para imposto de renda e contribuição social	16	30.712	28.385
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	16	(39)	(5)
Variação nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros		(68.571)	(28.966)
Créditos das operações com resseguros e retrocessão		(69.989)	(82.327)
Créditos fiscais e previdenciários		(2.317)	(465)
Despesas antecipadas		58	(46)
Ativos de retrocessão - provisões técnicas	8	192.584	159.208
Outros ativos		12	(336)
Fornecedores e outras contas a pagar		(4.047)	43
Impostos e contribuições		4.420	(1.250)
Débitos de operações com seguros e resseguros		54.468	64.001
Provisões técnicas - seguros e resseguros	11	(212.719)	(181.025)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**55.786**	**55.471**
Imposto sobre lucro pagos		(33.128)	(28.559)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**22.658**	**26.912**
Atividades de investimento			
Aquisição de intangível		–	(50)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**–**	**(50)**
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio	13.c	(22.774)	(26.717)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		**(22.774)**	**(26.717)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(116)	145
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		253	108
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		137	253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Junto Resseguros S.A., ("Companhia"), constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição em 7 de maio de 2008, obteve autorização para operar em todo território nacional, por meio da Portaria SUSEP nº 2.942 de 23 de maio de 2008, tendo como objetivo social efetuar operações de resseguro e retrocessão no segmento de ramo de danos, podendo ainda participar como acionista em outras sociedades, observadas as disposições legais e estatutárias pertinentes. Tem como único acionista a Junto Holding Brasil S.A. (Controladora), a qual é uma joint venture entre Paraná Banco S.A. (50,5%) e Travelers Brazil Acquisition LLC (49,5%). O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Dr. Dario Lopes dos Santos, nº 2.197, 3º andar, Cj302, Bairro Jardim Botânico, Curitiba, PR, CEP 80210-010.
Em 20 de fevereiro de 2026 as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria, as quais tiveram autorização para sua divulgação a partir desta data.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).
Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 648/2021.
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R$). Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados pela casa decimal mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3 RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.
As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.
Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:
• Contratos de resseguros (nota explicativa 3.c); e
• Provisões técnicas e teste de adequação de passivos (notas explicativas 8, 10, 11 e 12).

b. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante mensalmente, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujas expectativas de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
Ativos e/ou passivos de impostos de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e compensados quando atendido os critérios definidos pelo CPC 32 - Tributos sobre o lucro.
Ativos e passivos de provisões técnicas estão registrados no circulante e não circulante conforme a respectiva expectativa de realização atualizada anualmente. Os demais ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

c. Classificação dos contratos de resseguros

O contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele também é definido como uma operação em que o emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente, nos termos do CPC 11 - contratos de seguro.
Os resseguros são tipicamente divididos entre as seguintes modalidades:

Contratos facultativos

Destina-se a uma operação isolada, negociada entre segurador direto e o ressegurador. Nesta modalidade, o contrato de resseguro é firmado para um risco isolado.

Contratos automáticos

Nesta modalidade a cedente e a Companhia definem previamente a estrutura do contrato abrangendo, dentre outros itens, a responsabilidade da Companhia sobre os riscos e as condições em que esses riscos podem ser automaticamente incluídos no contrato de resseguro.

Contratos não proporcionais

Nessa modalidade, a Companhia estabelece junto à uma entidade resseguradora, um teto de cobertura (excesso de danos), de modo que a Companhia será indenizada quando o valor de um evento ultrapassar um montante definido previamente (prioridade) até um limite máximo (limite de cobertura).

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem recursos financeiros com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, possuindo conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

e. Aplicações

A classificação de ativos financeiros, é baseada no modelo de negócios no qual um ativo

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Parana Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 2678-59B8-4366-BCDC.

junto Re
/juntore.com

Demonstrações Financeiras 2025

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

JUNTO RESSEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 09.594.758/0001-70
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

financeiro é administrado juntamente com suas características de fluxo de caixa contratuais. Os títulos e valores mobiliários, detidos em carteira, são classificados nas seguintes categorias de acordo com a intenção da Administração:

(i) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Representados por títulos e valores mobiliários mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado ou vendido, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

Um ativo financeiro é calculado ao VJORA se atender às duas condições abaixo e não for designado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado (VJR):

• For mantido em um modelo de negócios que cumpre seu objetivo tanto pela cobrança de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

• Seus termos contratuais, em datas especificadas, levam a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o principal valor em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar por irrevogavelmente apresentar mudanças subsequentes no valor justo em ORA. A escolha é feita em uma base de instrumento a instrumento, de acordo com o modelo de negócios. A Companhia tomou essa decisão para o investimento em Ações de companhias abertas detidas em carteira.

(ii) Valor justo por meio do resultado (VJR)

Títulos e valores mobiliários são classificados pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisão de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, sendo contabilizados pelo valor justo por meio do resultado, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

f. Crédito das operações com resseguros e retrocessões, títulos e outros créditos a receber, ativos de retrocessão e custos de aquisição diferidos

Demonstrados ao valor de custo amortizado decrescidos de quaisquer provisões para perdas por redução ao valor recuperável, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias auferidos até as datas de encerramento do balanço, combinados com os seguintes aspectos:

• Ativos de retrocessão - provisões técnicas referem-se a: (i) prêmios de retrocessões diferidos, os quais são constituídos pelo valor dos prêmios cedidos em retrocessão, correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata", segundo o tipo de contrato e base de cessão. Esta provisão está sendo constituída de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em nota técnica atuarial - NTA; (ii) Provisão de Excedente Técnico (PET) a receber, constituída com base nos critérios estabelecidos em cláusulas específicas dos contratos de retrocessão, que tem previsão para participação da Companhia nos lucros dos contratos (superávits técnicos). Seu valor é calculado mensalmente e recebido anualmente.

• A Companhia mantém com retrocessionárias contratos de excesso de danos para cobertura do excedente de retenção das operações de resseguros, com vigências anuais e pagamentos trimestrais. Os prêmios de resseguro relativos a contratos de excesso de danos são registrados com base no valor do prêmio mínimo do contrato e diferidos pelo prazo médio da vigência das apólices emitidas.

• Comissão diferida de prêmio de retrocessão cedido, referem-se a comissões de apólices cedidas aos retrocessionários, cujo reconhecimento contábil é realizado pelo período de vigência das apólices.

• Os títulos e créditos a receber são demonstrados ao valor de custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias, auferidos até a data de encerramento dos balanços.

g. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(i) Redução ao valor recuperável de aplicações financeiras

Uma provisão para perdas deve ser reconhecida em um valor igual à ECL (sigla para termo em inglês de *Expected Credit Loss)* para 12 meses ou ECL para a vida inteira do instrumento financeiro. Perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas de crédito esperadas resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os ECLs de 12 meses são uma parte das ECLs para a vida inteira que resultam de eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que são possíveis nos 12 meses após a data de apresentação.

A Companhia calcula as provisões para perdas com aplicações financeiras como um valor igual ao ECL para a vida inteira, exceto nos casos descritos abaixo, para os quais o valor reconhecido será de ECL de 12 meses:

• Títulos de dívida que são determinados como tendo baixo risco de crédito na data do relatório; e

• Outros instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito não teve um aumento significativo desde o reconhecimento inicial.

Ao determinar se o risco de crédito em um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, a Companhia considera as informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Mensuração da ECL

ECL é uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas como todos os déficits de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Os principais insumos para a mensuração da ECL são as estruturas de prazo da Probabilidade de Default ("PD", sigla para termo em inglês de *probability of default*), a Exposição no Default ("EAD", sigla para termo em inglês de *exposure at default*) e a Perda em caso de Default ("LGD", sigla para termo em inglês de *loss given default*). A ECL para ativos financeiros, para os quais o risco de crédito não aumentou significativamente, é calculado multiplicando a PD de 12 meses pela respectiva LGD e EAD. A ECL para a vida inteira é calculada multiplicando a PD de toda vida do instrumento financeiro pelas respectivas LGD e EAD.

(ii) Redução ao valor recuperável de prêmios a receber

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo sobre bases de dados históricas de parcelas a receber e dos riscos de inadimplência. O intervalo do estudo é exaustivo o suficiente para o acompanhamento dos valores a receber para que haja estabilidade nos recebimentos (determinação do *workout* da carteira).

Após a definição do *workout,* determinam-se as faixas de atraso a serem estudadas, que se dá pela análise de homogeneidade da perda observada, acrescida de um fator de agravo ou desagravo de *Forward Looking,* com base no comportamento futuro esperado de indicadores macroeconômicos que tiveram forte correlação estatística no comportamento histórico da carteira.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos de retrocessão

A redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador é calculada a partir do risco de inadimplência do respectivo devedor.

O estudo realizado pela Companhia considera o rating de cada ressegurador, para a determinação da PD.

O saldo em aberto na data-base, é multiplicado pela PD definida e pela LGD, que é fundamentada por referências do Basiléia II.

Adicionalmente, realiza-se a ponderação sobre a EAD, que considera os valores efetivamente expostos ao risco de crédito na data-base.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

A redução do valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

Com relação à provisão para recuperabilidade de ativos, a Companhia não identificou indícios de que poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

h. Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem marcas e patentes, demonstrados pelo custo.

As marcas e patentes tem o seu valor recuperável, no mínimo, testado anualmente.

i. Provisões técnicas e provisões judiciais

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas, combinado com os seguintes aspectos:

• As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em notas técnicas atuariais - NTA.

• A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de resseguros correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata". A PPNG inclui um valor que corresponde aos prêmios estimados dos riscos vigentes, mas não emitidos ("RVNE"), estimada através de triângulo de run-off, de uma base histórica de 60 meses.

• A Provisão de Excedente Técnico (PET) a pagar é constituída com base nos critérios estabelecidos em cláusulas específicas dos contratos de resseguro, firmados com as retrocessionárias integrantes de cada contrato, que tem previsão para participação da cedente nos lucros dos contratos (superávits técnicos). Seu valor é apurado mensalmente e pago anualmente.

• Custo de aquisição diferido (DCD) - As despesas de comercialização com comissões de resseguros pagas para as seguradoras são diferidas de acordo com o prazo de vigência das apólices. Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações, os custos de aquisição diferidos estão classificados no passivo como redutores da PPNG.

• A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativa de valor a indenizar com base nos avisos de sinistros recebidos, e ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas técnicas. Os sinistros judiciais existentes na data do balanço são atualizados e corrigidos monetariamente. A PSL inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, em decorrência de disputas judiciais em curso, sendo constituída com base nas notificações de ajuizamento recebidas e de processos em fase de regulação de sinistros, até a data-base das demonstrações financeiras.

• A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas a sinistros e abrange tanto as despesas atribuíveis individualmente a cada sinistro como também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

• A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída através do método Chain Ladder que parte do pressuposto de que a ocorrência histórica dos avisos dos sinistros são indicativos de padrões futuros de aviso de sinistros, tendo como base a experiência própria da Companhia.

• Para estimar ajustes de valores relativos a sinistros avisados e que podem sofrer alteração ao longo do processo de regulação é realizado um estudo com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu R$ 935 (R$ 0 em 2024) de provisão adicional de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR), líquidas dos efeitos de retrocessão.

• Teste de Adequação dos Passivos (TAP) é realizado com objetivo de averiguar a adequação do montante registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. Caso seja identificada qualquer insuficiência, registra-se, imediatamente, uma provisão complementar àquelas já registradas na data do teste, em contrapartida ao resultado do período, primeiramente reduzindo-se as despesas de comercialização diferidas e os ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O teste foi realizado considerando as determinações da Circular nº 648/2021 e alterações, em linha com o requerido pelo CPC 11. Nos termos dessa norma, foram utilizados dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, em consistência com as informações presentes no mercado financeiro. Foram apurados os fluxos de caixa estimados para prêmios, sinistros, comissões e despesas, e mensurados na data-base descontando-os através de estrutura a termos da taxa de juros livre de risco (ETTJ) definida pela SUSEP para a curva prefixada. Para o fluxo de pagamentos futuros de sinistros foi levado em consideração os dados históricos da Companhia. As premissas consideradas para o cálculo do TAP foram:

	2025
Sinistralidade média	43,62%
Despesas administrativas	6,19%
Tributos	4,65%
Outras receitas e despesas operacionais	(0,40)%
Despesas não alocáveis/alocáveis aos sinistros	1,46%
Cancelamento	33,97%

• O cálculo do TAP não revelou a necessidade de constituição de provisão adicional no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

• Segundo disposto no CPC 25, uma provisão é reconhecida no balanço da Companhia quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, ou quando existe uma obrigação legal. Quando aplicável, as provisões para contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía demandas judiciais classificadas com risco de perda provável.

j. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de aposentadoria complementar

A Companhia é patrocinadora de um plano de aposentadoria complementar para os seus colaboradores, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. A Companhia é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes.

Participação dos colaboradores nos resultados

A Companhia possui programa de participação nos resultados para seus colaboradores conforme previsto no "Acordo coletivo de trabalho" específico sobre a participação dos empregados, nos Lucros e Resultados da Junto Resseguros S.A. Tais despesas são registradas no resultado do período na rubrica "Participações sobre o resultado".

k. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O Imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R$ 240 mil. Para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") a alíquota é de 15%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a compensar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou compensados que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

l. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

A contabilização dos prêmios de resseguros, em sua grande maioria, é feita na data de emissão das apólices/contratos ou na data do início de vigência do risco, a que ocorrer primeiro. Os prêmios de resseguros, os prêmios de retrocessão, e as correspondentes despesas/receitas de comercialização são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices, ou prazo estimado do contrato (para a parcela do prêmio de resseguro estimado). Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes não emitidos são estimados através de triângulo de run-off, considerando o histórico de 60 meses, tendo como base a experiência própria da Companhia.

A Companhia também possui contratos de resseguro cujos prêmios são registrados a partir de estimativas e ajustados após o recebimento das prestações de contas das cedentes, quando então o prêmio estimado é revertido em contrapartida ao lançamento do prêmio efetivo. Adicionalmente, a Companhia aplica um fator de sazonalidade para ajustar o prêmio estimado pela cedente, de modo a refletir de forma consistente o histórico efetivo de realização de prêmios desses contratos.

As participações nos lucros a receber sobre os contratos de retrocessão e as participações nos lucros a pagar sobre os prêmios de resseguros emitidos são registradas de acordo com o prazo de vigência das apólices, à medida que os resultados decorrentes dessas operações possam ser estimados com razoável segurança.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente rendimentos sobre fundos investimentos não exclusivos e títulos de renda fixa privados e públicos. Adicionalmente, a Companhia registra em receitas financeiras da operação, os ressarcimentos dos juros incorridos das operações de resseguros e retrocessão.

As despesas financeiras abrangem juros pagos nas operações de resseguros, despesas e encargos com tributos.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4 MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS PRÁTICAS MATERIAIS

a. Novas normas ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis e normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas demonstrações financeiras.

i. CPC 50 - Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do referido pronunciamento técnico é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendada pela SUSEP.

ii. CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e o novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

• As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

• As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

• Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para as demonstrações dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A norma inicia sua vigência para os períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, e será aplicável à Companhia quando referendada pela SUSEP.

iii. Lei Complementar nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. O principal efeito da aprovação é a unificação de cinco tributos - ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS - em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). O período da transição tributária ocorrerá entre 2026 e 2033.

A Companhia estabeleceu um grupo de trabalho multidisciplinar com o objetivo de gerir a transição tributária até o final da transição, assegurando conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

5 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia está exposta às seguintes categorias de riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

• Risco operacional;

• Risco de subscrição;

• Risco de crédito;

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Parana Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 2678-59B8-4366-BCDC.

junto Re
/juntore.com

Demonstrações Financeiras 2025

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

JUNTO RESSEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 09.594.758/0001-70
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

• Risco de liquidez; e
• Risco de mercado.

Em conformidade com as disposições regulatórias vigentes, apresentamos a seguir as informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação dos riscos acima mencionados.

Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar (ou mitigar) perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte no planejamento das atividades e dos negócios, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, buscando adequação dos níveis de riscos aos objetivos estratégicos estabelecidos, os quais estão norteados pela regulamentação vigente, melhores práticas internacionais e políticas corporativas.

O processo de gerenciamento de riscos está institucionalizado, através da sua governança corporativa, a qual abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios, áreas operacionais e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos, os quais destacamos (porém, não se limitando a estes):

• Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
• Elaboração, revisão e implementação de políticas e manuais de procedimentos;
• Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais, adequação de controles e procedimentos para tratamento e mitigação dos riscos identificados;
• Monitoramento do banco de dados de perdas operacionais, ações corretivas para reversão das perdas e mitigação/eliminação da causa raiz;
• Plano de continuidade de negócios; e
• Programa de treinamento de Compliance com ênfase aos temas de controles internos, gestão de riscos, código de ética, prevenção à lavagem de dinheiro, anticorrupção, proteção de dados, segurança da informação e demais temas correlacionados e previstos em legislação e regulação vigentes.

Estrutura de Gerenciamento de riscos

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na Estrutura de Gestão de Riscos, proporcional e compatível com a natureza, escala e complexidade de suas operações, bem como está implementada de forma unificada com o seu Sistema de Controles Internos. Tal processo está alinhado ao apetite por risco formalmente definido pela Companhia, o qual orienta os limites de exposição aceitáveis e guia a atuação na identificação, avaliação e tratamento dos riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação, mensuração, mitigação e monitoramento dos riscos.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do Value at Risk (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos quantitativos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de banco de dados de perdas operacionais, análises de resultados de testes e controles, auditorias, buscando a integração com as análises estratégicas na gestão dos riscos.

Para assegurar o processo de gerenciamento de riscos com o seu ambiente de governança corporativa, a Companhia conta com as seguintes comissões/comitês que existem dentro da estrutura de Grupo no qual faz parte:

• **Comitê de subscrição:** constituído por um grupo técnico multidisciplinar para discutir e deliberar sobre os riscos de subscrição de maior complexidade e com importância segurada que requer uma análise operacional, comercial e técnica adequadas ao apetite de riscos da Companhia.
• **Comitê de Deliberações do Jurídico e Sinistro:** constituído para deliberar na análise técnica e na tomada de decisões no tocante as expectativas de sinistros, registros de sinistros e aos processos judiciais que sejam relativos às apólices emitidas pela Companhia.
• **Comitê de auditoria:** reporta-se ao Diretor Presidente e à Assembleia Geral e possui atribuições para revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos com base na regulamentação vigente e das políticas internas; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Diretor Presidente o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
• **Comitê de crédito:** constituído por um grupo técnico multidisciplinar para discutir e deliberar sobre os limites de crédito a serem concedidos ou alterados para clientes e potenciais clientes que requer uma análise operacional, comercial e técnica adequadas ao apetite de riscos da Companhia.
• **Grupo de trabalho de investimentos:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de investimentos, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho da carteira de investimentos e propor, para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as diretrizes de investimentos para os ativos das Companhias.
• **Comissão executiva:** composto por membros da Diretoria Estatutária, cabe a esta comissão zelar pela qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições multidisciplinares para deliberarem sobre temas de relevância, atrelados ao ambiente corporativo e de negócios, assim sendo, também é parte dessa comissão a deliberação de matérias relacionadas a Estrutura de Gestão de Riscos, Sistema de Controles Internos, tais como prevenção ao crime de Lavagem de Dinheiro, Código de Ética e Conduta, Plano de Compliance e demais temas correlacionados.
• **Reuniões executivas de riscos:** acontecem individualmente ou em grupo, normalmente a composição é por um grupo multidisciplinar, inclusive por Diretor e membro do Conselho de Administração, que se reúne periodicamente para analisar, debater e promover recomendações que possam colaborar na eficiência da gestão e estrutura de riscos, bem como na avaliação do sistema de controles internos, conforme melhores práticas e disposições regulatórias vigentes. É parte dessas reuniões o acompanhamento dos planos de ações referente as eventuais recomendações e apontamentos oriundos dos relatórios das auditorias internas e externas, sob forma de assegurar a conformidade com o apetite de riscos da Companhia e seu ambiente de governança corporativa.
• **Comissão de Segurança da Informação e Privacidade:** composto por um grupo de trabalho multidisciplinar com o objetivo de estudar, recomendar e assessorar a Diretoria Executiva em relação à execução das diretrizes de segurança da informação, bem como disseminar a cultura e o engajamento dos colaboradores e dos fornecedores de bens e serviços da Junto na conformidade com o programa de segurança da informação e privacidade, conforme melhores práticas e disposições regulatórias vigentes.

Além dessas Comissões e Comitês, a Companhia possui um departamento de auditoria interna o qual é fundamental na estrutura de governança corporativa, pois sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para a avaliação dos controles internos e de gestão de riscos adequadas ao perfil da Companhia.

A auditoria interna possui um calendário de avaliação seguindo uma agenda regulatória e operacional, atrelada ao modelo de negócio, sendo que suas atividades de revisões, análises, recomendações, pareceres e demais informações relativas ao ambiente institucional ratificando o cumprimento das suas atribuições e responsabilidades dentro da Companhia, com total segregação e isenção.

a. *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, e aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente oriundos do relacionamento de negócios, excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

Controle de risco operacional

Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Compliance para evitar (ou mitigar) a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não da conformidade com as normas, procedimentos e políticas internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, cuja matriz de riscos corporativos é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles, planos de ações e melhorias implantadas de forma institucional/corporativa.

b. *Risco de subscrição*

A Companhia aceita principalmente prêmios de resseguros dos ramos de Seguro Garantia, e tem como objetivo investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação e acredita que as técnicas de subscrição de riscos empregadas oferecem vantagem na identificação e seleção dos riscos sobre os contratos de resseguros assumidos. Os departamentos técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. A tabela a seguir demonstra os prêmios líquidos emitidos por carteira:

Carteira	2025	%	2024	%
Fiança locatícia	9.705	2%	6.904	2%
Crédito interno	40.631	8%	56.279	14%
Crédito exportação	3.194	1%	3.256	1%
Garantia segurado setor público	378.164	79%	257.367	66%
Garantia segurado setor privado	48.551	10%	66.037	17%
Total	**480.245**	**100%**	**389.843**	**100%**

Estratégia de retrocessão

Como forma de reduzir o risco foi definida a política de retrocessão, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. Dessa definição constam: os riscos a serem cedidos, lista dos retrocessionários e grau de concentração.

Os contratos de retrocessão firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias.

Resultados do teste de sensibilidade

No teste de sensibilidade foram projetados os passivos atuariais e demonstrado o impacto de uma mudança razoavelmente possível quando do aumento e redução nas taxas de juros, aumento nas despesas administrativas e na sinistralidade. Os resultados do teste estão apresentados a seguir.

Riscos financeiros (garantia) em 31 de dezembro de 2025

Sensibilidade	Total de provisão de sinistros	Valor Presente Sinistros Passados (*)	Sensibilidade Sinistros Passados (*)	Total PPNG líquida da DCD	Valor Presente Sinistros Futuros (**)	Sensibilidade Sinistros Futuros (**)	Ajuste Passivos Atuariais (PCC)
(1) Cenário-Base	476.701	402.467	(74.234)	871.518	244.880	(626.638)	–
(2) Sinistralidade + 10pp	476.701	402.467	(74.234)	871.518	288.529	(582.989)	–
(3) Despesas + 10%	476.701	402.467	(74.234)	871.518	290.658	(580.860)	–
(4) Juros - 10%	476.701	409.052	(67.649)	871.518	250.002	(621.516)	–
(5) Juros + 10%	476.701	396.182	(80.519)	871.518	239.966	(631.552)	–

(*) Sinistros passados: reserva total necessária na data-base, relativa a sinistros que já ocorreram (inclui IBNR e PDR). A sensibilidade de sinistralidade não afeta o valor presente dos sinistros passados.

(**) Sinistros futuros: Montante de sinistros relativo a PPNG em estoque na data-base (líquida da DCD).

(1) Líquida de DCD e Ativos Intangíveis.
(2) Acréscimo de 10pp na Sinistralidade.
(3) Acréscimo de 10% nas Despesas Administrativas.
(4) Decréscimo de 10% na taxa de juros utilizada no desconto dos fluxos de Sinistros Passados e Sinistros Futuros.
(5) Acréscimo de 10% na taxa de juros utilizada no desconto dos fluxos de Sinistros Passados e Sinistros Futuros.

Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito, no resultado, passivo e patrimônio líquido, de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas, pois, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado e conforme os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste período, na primeira linha do quadro a seguir, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que são obtidas informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros que são avisadas a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis, incluindo-se as provisões para despesas relacionadas (PDR).

Sinistros brutos de retrocessão

	<2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Montante de sinistros incorridos												
No ano de ocorrência	414.477	136.713	81.880	14.347	90.973	17.809	14.858	48.230	113.463	81.526	94.452	94.452
Um ano após a ocorrência	458.634	140.618	88.195	30.485	108.860	26.658	26.533	308.752	194.619	194.869	–	194.869
Dois anos após a ocorrência	503.473	166.195	92.298	30.489	108.860	26.752	27.162	324.486	219.522	–	–	219.522
Três anos após a ocorrência	504.255	168.339	92.486	30.491	108.944	27.541	28.356	326.911	–	–	–	326.911
Quatro anos após a ocorrência	504.744	168.355	93.061	31.640	108.980	27.543	28.367	–	–	–	–	28.367
Cinco anos após a ocorrência	506.117	168.355	94.134	31.640	109.010	27.529	–	–	–	–	–	27.529
Seis anos após a ocorrência	506.301	168.368	94.134	31.640	109.096	–	–	–	–	–	–	109.096
Sete anos após a ocorrência	506.385	168.368	94.134	31.679	–	–	–	–	–	–	–	31.679
Oito anos após a ocorrência	506.405	168.368	94.178	–	–	–	–	–	–	–	–	94.178
Nove anos após a ocorrência	514.162	168.383	–	–	–	–	–	–	–	–	–	168.383
Dez anos após a ocorrência	514.417	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	514.417
Estimativa dos sinistros na data-base	514.417	168.383	94.178	31.679	109.096	27.529	28.367	326.911	219.522	194.869	94.452	1.809.403
Pagamento de sinistros efetuados	**260.733**	**150.008**	**93.863**	**31.555**	**106.236**	**27.360**	**28.262**	**324.993**	**217.908**	**172.185**	**59.132**	**1.472.235**
Sinistros Pendentes (a)	**253.684**	**18.375**	**315**	**124**	**2.860**	**169**	**105**	**1.918**	**1.614**	**22.684**	**35.320**	**337.168**

(a) Não foram considerados no desenvolvimento as provisões de despesas relacionadas de IBNR no montante de R$ 3.842.

Sinistros líquidos de retrocessão

	<2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Montante de sinistros incorridos												
No ano de ocorrência	84.586	36.284	2.480	1.247	47.193	642	762	(146)	4.126	7.149	26.073	26.073
Um ano após a ocorrência	98.208	37.970	2.850	4.685	47.960	1.786	1.949	6.117	6.953	11.015	–	11.015
Dois anos após a ocorrência	120.067	45.739	4.532	4.687	47.961	1.822	2.394	9.859	7.147	–	–	7.147
Três anos após a ocorrência	120.500	46.995	4.635	4.560	48.005	2.221	3.197	10.739	–	–	–	10.739
Quatro anos após a ocorrência	120.873	46.997	5.145	5.703	48.023	2.221	3.127	–	–	–	–	3.127
Cinco anos após a ocorrência	121.459	46.997	5.513	5.703	48.039	2.178	–	–	–	–	–	2.178
Seis anos após a ocorrência	121.567	47.010	5.513	5.703	48.086	–	–	–	–	–	–	48.086
Sete anos após a ocorrência	121.612	47.010	5.513	5.721	–	–	–	–	–	–	–	5.721
Oito anos após a ocorrência	121.626	47.010	5.534	–	–	–	–	–	–	–	–	5.534
Nove anos após a ocorrência	129.382	47.018	–	–	–	–	–	–	–	–	–	47.018
Dez anos após a ocorrência	129.529	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	129.529
Estimativa dos sinistros na data-base	129.529	47.018	5.534	5.721	48.086	2.178	3.127	10.739	7.147	11.015	26.073	296.167
Pagamento de sinistros efetuados	**99.828**	**40.520**	**5.337**	**5.645**	**46.951**	**2.124**	**3.081**	**9.872**	**6.469**	**9.812**	**25.237**	**254.876**
Sinistros Pendentes (a)	**29.701**	**6.498**	**197**	**76**	**1.135**	**54**	**46**	**867**	**678**	**1.203**	**836**	**41.292**

(a) Não foram considerados no desenvolvimento as provisões de despesas relacionadas de IBNR no montante de R$ 1.037.

c. *Risco de crédito*

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes em relação às classificações de crédito, por Companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

Controle de risco de crédito

Atualmente, a principal exposição ao risco de crédito se limita ao risco soberano pela exposição ao governo federal via títulos públicos e ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) via Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Companhia e seus ratings:

	31 de dezembro de 2025			
Rating	**AA-**	**BB**	**Sem Classificação**	**Total**
Títulos Públicos (a)	–	478.820	–	478.820
Quotas de fundos de investimentos	–	–	37.937	37.937
DPGE	10.977	–	–	10.977
Total	**10.977**	**478.820**	**37.937**	**527.734**
Representatividade	2%	91%	7%	100%

	31 de dezembro de 2024			
Rating	**AA-**	**BB+**	**Sem Classificação**	**Total**
Títulos Públicos (a)	–	396.208	–	396.208
Quotas de fundos de investimentos	–	–	37.588	37.588
DPGE	24.741	–	–	24.741
Total	**24.741**	**396.208**	**37.588**	**458.537**
Representatividade	5%	86%	8%	100%

(a) Considerado o rating soberano na escala internacional para os títulos públicos.

Exposições ao crédito de resseguro

A Companhia está exposta a concentrações de risco com retrocessionárias, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de retrocessionárias que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de retrocessão, limitando as que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das retrocessionárias é avaliado regularmente.

A tabela a seguir apresenta a exposição de retrocessão do exercício, distribuída por rating de crédito, obtido junto às agências de classificação de risco. Os valores apresentados referem-se à exposição da provisão de sinistros pendentes de pagamentos, na rubrica de Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas.

		2025		2024	
Classe	**Categoria de Risco (*)**	**Exposição (**)**	**%**	**Exposição (**)**	**%**
Admitida	AA+	–	0,0%	8	0,0%
Eventual	AA+	–	0,0%	10	0,0%
Eventual	A+	25.454	9,0%	438	0,2%
Local	A+	6	0,0%	–	0,0%
Admitida	A+	38.321	13,6%	–	0,0%
Admitida	AA	75.784	26,8%	91.495	35,2%
Eventual	AA	2.130	0,8%	3.764	1,5%
Local	AA	87.439	30,9%	83.856	32,2%
Admitida	AAA	4	0,0%	–	0,0%
Eventual	AAA	18	0,0%	–	0,0%
Admitida	A	–	0,0%	30.427	11,7%
Eventual	A	78	0,0%	16.011	6,2%
Local	A	–	0,0%	1.099	0,4%
Admitida	AA-	17.417	6,2%	–	0,0%
Local	AA-	1.875	0,7%	–	0,0%
Admitida	A-	919	0,3%	859	0,3%
Eventual	A-	5	0,0%	9	0,0%
Local	A-	33.203	11,7%	32.099	12,3%
Total		**282.653**	**100%**	**260.075**	**100,0%**

(*) Classificados conforme a agência A.M. Best.

(**) Refere-se a sinistros pendentes de pagamentos, ativos de retrocessão, conforme divulgado na nota explicativa 8b.

d. *Risco de liquidez*

A Companhia possui forte posição de liquidez que é mantida por meio de política de gerenciamento de liquidez para manter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Administração e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações,

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Parana Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 2678-59B8-4366-BCDC.

junto Re
/juntore.com

Demonstrações Financeiras 2025

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

JUNTO RESSEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 09.594.758/0001-70
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. As prerrogativas consideradas pela Companhia para o monitoramento deste risco estão descritas no Manual de Procedimentos de Liquidez e na Nota Técnica de Apetite a Riscos da Companhia, cujos os documentos possuem sinergia com o disposto nas Resoluções CNSP 416/2021 e 432/2021 e alterações posteriores. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Companhia a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. As principais diretrizes a serem consideradas para a gestão do risco são:

- Política de Investimentos compatível com o perfil de risco da companhia;
- Projeção futura dos passivos, visando a cobertura correta sobre cenários de estresse;
- Monitoramento e projeção mensal dos ativos vinculados ante os passivos a serem cobertos; e
- Monitoramento da cobertura do PLA ante o Capital Mínimo Requerido. Conforme descrito em Nota Técnica Atuarial, a Companhia entende como um patamar estável de suficiência o índice de 260%, representado pela relação entre a suficiência de PLA frente ao CMR (vide nota explicativa 14).

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é avaliado pela conciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de resseguro. A qualidade dos investimentos é suficiente para suprir as demandas de liquidez.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. Conforme descrito em Nota Técnica Atuarial, o limite técnico de segurança utilizado para 31 de dezembro de 2025 foi de 12% do Capital Mínimo Requerido.

Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Em conformidade pelo disposto nas Resoluções CNSP 416/2021 e 432/2021 e alterações, a companhia adota os processos de estudo da evolução dos passivos por meio do teste de adequação dos passivos e conduz o estudo do casamento entre seus fluxos de ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos.

O monitoramento da carteira de contratos de resseguros e retrocessão permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (aceite, emissão e sinistros); casamento de ativos e passivos. Além disso, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) é realizado, semestralmente, como objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
Fluxo de 0 a 6 meses	445.362	387.651
Fluxo de 6 a 12 meses	349.634	313.682
Fluxo de 12 a 60 meses	650.135	338.081
Fluxo acima de 60 meses	21.097	23.212
Total	**1.466.227**	**1.062.626**

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base no fluxo de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações, créditos das operações com resseguros e retrocessão e ativos de resseguros e retrocessão.

(ii) O fluxo de passivos considera os débitos das operações com resseguros e retrocessão e as provisões técnicas.

Apesar dos vencimentos contratuais dos ativos e passivos, os ativos mantidos pela Companhia possuem liquidez e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às suas obrigações.

Gerenciamento de capital

A abordagem de gerenciamento de capital da Companhia é orientada pelas suas estratégias e necessidades organizacionais, levando em conta a regulamentação, o ambiente econômico e comercial em que se opera.

É objetivo da Companhia manter uma base de capital forte para suportar o desenvolvimento dos seus negócios e para atender os requisitos regulamentares de capital em todos os momentos.

O gerenciamento de capital da Companhia incorpora uma série de medidas diferentes de capital e inclui o capital investido e o regulatório, definidos como:

- Capital investido é definido como o capital investido na Companhia pelos seus acionistas; e
- Capital regulatório é o capital que a Companhia é obrigada a manter conforme determinado pela regulamentação vigente (nota explicativa 14).

e. *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia.

Gerenciamento de risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Controle de risco de mercado

A composição da carteira da Companhia corresponde, substancialmente, a investimentos em Títulos Públicos, incluindo Fundos de Investimento. Para o controle de risco de mercado utiliza-se o VaR paramétrico com intervalo de confiança de 95% e testes de estresse que simulam diversos cenários como, por exemplo, aqueles usados pela B3 S.A. para cálculo de margens.

Exposição ao risco de mercado

Atualmente, a principal exposição ao risco de mercado se limita, substancialmente, às taxas de juros básicas, que impactam diretamente os títulos públicos, as letras financeiras e os investimentos em DPGEs.

Ativos financeiros

Segue abaixo a análise de sensibilidade de instrumentos financeiros, excluindo as aplicações em fundos de investimentos, considerando cada tipo de risco e percentuais de deterioração, a saber:

(i) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 1% na variável de risco considerada (taxa de juros).

(ii) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada (taxa de juros).

(iii) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada (taxa de juros).

Sensibilidade de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2025

		Alta DI - Valorização			Baixa DI - Deterioração		
	Valor-base	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Carteira própria - TVM		**1%**	**25%**	**50%**	**1%**	**25%**	**50%**
LFT	447.711	667	16.677	33.354	(667)	(16.677)	(33.354)
NTN-F	5.918	9	220	441	(9)	(220)	(441)
NTN-B	25.191	38	938	1.877	(38)	(938)	(1.877)
DPGE	10.977	16	409	818	(16)	(409)	(818)
Efeito no patrimônio líquido		**8**	**185**	**372**	**(8)**	**(185)**	**(372)**
Efeito no resultado		**722**	**18.059**	**36.118**	**(722)**	**(18.059)**	**(36.118)**

O índice de CDI considerado: 14,90% a.a., foi obtido através de informações disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil, acumulando o índice até 31 de dezembro de 2025.

6 APLICAÇÕES

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

				31 de dezembro de 2025		
	Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	Ajuste a valor justo	%
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa		37.937	37.937	37.937	–	7%
Mensuradas ao VJR		**37.937**	**37.937**	**37.937**	**–**	**7%**
LFT	100% SELIC	447.711	447.711	447.501	210	85%
NTN-F	Pré: 10,6%	5.918	5.918	6.072	(154)	1%
NTN-B	Pós IPCA: 6,6% - 7,9%	25.191	25.191	25.538	(347)	5%
DPGE	100% CDI | DI + 0,6%	10.977	10.977	10.930	47	2%
Mensuradas ao VJORA		**489.797**	**489.797**	**490.041**	**(244)**	**93%**
Total aplicações		**527.734**	**527.734**	**527.978**	**(244)**	**100%**

				31 de dezembro de 2024		
	Taxa de juros contratada (média)	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	Ajuste a valor justo	%
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa		37.588	37.588	37.588	–	8%
Mensuradas ao VJR		**37.588**	**37.588**	**37.588**	**–**	**8%**
LFT	100% SELIC	347.971	347.971	347.893	78	76%
LTN	Pré: 10,3%	31.029	31.029	31.031	(2)	7%
NTN-F	Pré: 10,6%	5.563	5.563	6.041	(478)	1%
NTN-B	100% IPCA	11.645	11.645	12.227	(582)	3%
DPGE	110% CDI | DI +1,3%	24.741	24.741	24.626	115	5%
Mensuradas ao VJORA		**420.949**	**420.949**	**421.818**	**(869)**	**92%**
Total aplicações		**458.537**	**458.537**	**459.406**	**(869)**	**100%**

b. Aplicações financeiras por prazo e por título

				31 de dezembro de 2025	
	Valor Contábil	Sem Vencimento	Vencimento até 6 meses	Vencimento de 6 meses a 1 ano	Vencimento acima de 1 ano
DPGE	10.977	–	–	–	10.977
Títulos de renda fixa - Públicos	478.820	–	16.747	118.758	343.315
Quotas de fundos de investimentos	37.937	37.937	–	–	–
Total	**527.734**	**37.937**	**16.747**	**118.758**	**354.292**

				31 de dezembro de 2024	
	Valor Contábil	Sem Vencimento	Vencimento até 6 meses	Vencimento de 6 meses a 1 ano	Vencimento acima de 1 ano
DPGE	24.741	–	13.668	11.073	–
Títulos de renda fixa - Públicos	396.208	–	31.029	168.445	196.734
Quotas de fundos de investimentos	37.588	37.588	–	–	–
Total	**458.537**	**37.588**	**44.697**	**179.518**	**196.734**

c. Movimentação aplicações financeiras

				31 de dezembro de 2025		
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
LFT	347.971	320.693	(276.547)	55.463	131	447.711
LTN	31.029	–	(31.043)	12	2	–
NTN-F	5.563	–	(568)	598	325	5.918
NTN-B	11.645	12.503	(731)	1.539	235	25.191
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	37.588	47.677	(53.012)	5.684	–	37.937
DPGE	24.741	10.000	(26.500)	2.804	(68)	10.977
Total	**458.537**	**390.873**	**(388.401)**	**66.100**	**625**	**527.734**

				31 de dezembro de 2024		
	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
LFT	315.464	309.039	(312.127)	35.641	(46)	347.971
LTN	53.273	–	(25.038)	2.924	(130)	31.029
NTN-F	6.126	–	(567)	597	(593)	5.563
NTN-B	–	11.984	(352)	595	(582)	11.645
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	24.172	40.029	(29.771)	3.158	–	37.588
Letras financeiras	9.816	–	(9.879)	64	(1)	–
DPGE	22.001	–	–	2.669	71	24.741
Total	**430.852**	**361.052**	**(377.734)**	**45.648**	**(1.281)**	**458.537**

d. Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

e. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- **Nível 1 -** Títulos com cotação em mercado ativo;
- **Nível 2 -** Títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável mediante a utilização de modelos reconhecidos e utilizados pelo mercado;
- **Nível 3 -** Títulos que não possuem seu valor justo determinado com base em um mercado observável (modelos de precificação interna na Companhia).

	2025			2024		
Mensuradas ao VJR	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Quotas de fundos de investimentos renda fixa	–	37.937	37.937	–	37.588	37.588
Mensuradas ao VJORA						
LFT	447.711	–	447.711	347.971	–	347.971
LTN	–	–	–	31.029	–	31.029
NTN-F	5.918	–	5.918	5.563	–	5.563
NTN-B	25.191	–	25.191	11.645	–	11.645
DPGE	–	10.977	10.977	–	24.741	24.741
Total	**478.820**	**48.914**	**527.734**	**396.208**	**62.329**	**458.537**

O valor de mercado dos títulos públicos federais e de alguns títulos privados é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela ANBIMA Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Os fundos de investimentos renda fixa se destinam a receber recursos exclusivamente de sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas e previdência complementar e resseguradores locais e sua carteira é composta, substancialmente, por títulos públicos e valorizados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos.

Os DPGEs tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pelo custodiante.

7 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES

a. Operações com seguradoras

As operações com seguradoras contemplam os prêmios de resseguro a receber das seguradoras, a provisão para riscos vigentes mas não emitidos e o prêmio mínimo de contratos de excesso de danos firmados com seguradoras.

				31 de dezembro de 2025	
Ramos	Prêmios efetivos a receber	Prêmios estimados a receber	Prêmios RVNE	Provisão Riscos de Crédito	Total
Fiança locatícia	5.128	–	520	(10)	5.638
Crédito interno	38.865	–	7.008	–	45.873
Crédito exportação	3.609	–	5.381	–	8.990
Garantia segurado setor público	365.535	1.032	12.762	(5.402)	373.927
Garantia segurado setor privado	50.082	–	16.783	(696)	66.169
Total	**463.219**	**1.032**	**42.454**	**(6.108)**	**500.597**

				31 de dezembro de 2024	
Ramos	Prêmios efetivos a receber	Prêmios estimados a receber	Prêmios RVNE	Provisão Riscos de Crédito	Total
Fiança locatícia	2.718	–	391	(11)	3.098
Crédito interno	37.904	–	6.729	–	44.633
Crédito exportação	2.198	–	5.880	–	8.078
Garantia segurado setor público	305.838	1.397	14.286	(6.791)	314.730
Garantia segurado setor privado	47.535	–	16.927	(663)	63.799
Total	**396.193**	**1.397**	**44.213**	**(7.465)**	**434.338**

b. Prêmios efetivos a receber - por vencimento

	2025	2024
Vencidos		
entre 1 e 30 dias	14.149	15.599
entre 31 e 60 dias	6.457	6.019
entre 61 e 180 dias	9.387	10.696
entre 181 e 365 dias	6.941	2.630
acima de 365 dias	5.137	5.187
Total vencidos	**42.071**	**40.131**
A vencer		
entre 1 e 30 dias	8.008	4.766
entre 31 e 60 dias	103.518	74.280
entre 61 e 180 dias	62.625	46.603
entre 181 e 365 dias	68.436	58.355
acima de 365 dias	178.561	172.058
Total a vencer	**421.148**	**356.062**
Total vencidos e a vencer	**463.219**	**396.193**

O prazo médio ponderado de parcelamento é de 2 anos (2 anos em 2024), considerando uma média aritmética ponderada entre a data de vencimento das parcelas do contas a receber, a data de emissão da apólice e o prêmio a receber.

c. Prêmios efetivos a receber - movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	**432.941**	**375.884**
Prêmios emitidos	860.177	576.263
Adicional fracionamento	90	9
Prêmios cancelados	(338.890)	(141.346)
RVNE	(1.758)	4.448
Recebimentos	(454.136)	(378.835)
(Provisão)/reversão de redução ao valor recuperável incluindo perda efetiva	1.141	(3.482)
Saldo final	**499.565**	**432.941**

d. Prêmios estimados a receber - movimentação

	2025	2024
Saldo inicial	**1.397**	**217**
Prêmios emitidos	4.150	3.210
Reversão por prestação de contas	(4.456)	(2.127)
Variação cambial	(59)	97
Saldo final	**1.032**	**1.397**

8 ATIVOS DE RETROCESSÃO – PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos de retrocessão referem-se aos prêmios de retrocessões diferidos que são constituídos pelo valor dos prêmios cedidos em retrocessão, correspondente ao período restante de cobertura do risco, por saldos de recuperação de sinistros, provisão de sinistros ocorridos mas não avisados e provisão de excedentes técnicos.

a. Prêmios e comissões de retrocessões diferidos

				31 de dezembro de 2025	
Ramos	PPNG Efetivo	PPNG Estimado	DCD Efetiva	DCD Estimada	PPNG líquida
Fiança locatícia	14.331	–	(6.358)	–	7.973
Crédito interno	47.903	–	(17.035)	–	30.868
Crédito exportação	5.593	–	(1.888)	–	3.705
Garantia segurado setor público	1.007.841	225	(409.755)	(74)	598.237
Garantia segurado setor privado	121.382	–	(52.752)	–	68.630
Subtotal	**1.197.050**	**225**	**(487.788)**	**(74)**	**709.413**
Contrato de retrocessão - garantia de excesso de danos	29.624	–	–	–	29.624
Total	**1.226.674**	**225**	**(487.788)**	**(74)**	**739.037**

				31 de dezembro de 2024	
Ramos	PPNG Efetivo	PPNG Estimado	DCD Efetiva	DCD Estimada	PPNG líquida
Fiança locatícia	8.015	–	(3.544)	–	4.471
Crédito interno	49.464	–	(16.926)	–	32.538
Crédito exportação	3.365	–	(1.101)	–	2.264
Garantia segurado setor público	833.569	342	(340.696)	(120)	493.095
Garantia segurado setor privado	114.165	–	(49.690)	–	64.475
Subtotal	**1.008.578**	**342**	**(411.957)**	**(120)**	**596.843**
Contrato de retrocessão - garantia de excesso de danos	23.631	–	–	–	23.631
Total	**1.032.209**	**342**	**(411.957)**	**(120)**	**620.474**

Movimentação de prêmios e comissões de retrocessões diferidos - efetivo

	PPNG		DCD	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	**1.032.209**	**912.348**	**(411.957)**	**(369.561)**
Apropriações	(437.445)	(359.961)	211.692	148.282
Constituições	631.910	479.822	(287.523)	(190.678)
Saldo final	**1.226.674**	**1.032.209**	**(487.788)**	**(411.957)**

Movimentação de prêmios e comissões de retrocessões diferidos - estimado

	PPNG		DCD	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	**342**	**–**	**(120)**	**–**
Apropriações	(4.361)	(1.395)	1.468	488
Constituições	4.244	1.737	(1.422)	(608)
Saldo final	**225**	**342**	**(74)**	**(120)**

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Parana Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 2678-59B8-4366-BCDC.

junto Re
/juntore.com

Demonstrações Financeiras 2025

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

JUNTO RESSEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 09.594.758/0001-70
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

b. Sinistros pendentes de pagamento/IBNR

	2025	2024
Sinistros pendentes de pagamentos	282.222	259.688
Provisão de despesas relacionadas	16.459	14.868
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	112.567	43.792
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR) (a)	12.179	–
Total	**423.427**	**318.348**

(a) O saldo de IBNeR divulgado na tabela acima é composto por R$ 10.409 de IBNeR de PSL e R$ 1.770 de IBNeR de PDR.

Movimentação provisão de sinistros pendentes de pagamento e provisão de despesas relacionadas

	PSL		PDR	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	**259.688**	**257.801**	**14.868**	**14.177**
Constituição	317.134	237.489	2.891	1.587
Recuperação	(190.484)	(157.013)	(2.100)	(2.195)
Reversão	(112.741)	(88.213)	(351)	(72)
Atualização monetária	8.669	10.011	1.151	1.371
Redução ao valor recuperável	(44)	(387)	–	–
Saldo final	**282.222**	**259.688**	**16.459**	**14.868**

9 CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Obrigações a pagar	**41.347**	**23.429**
Fornecedores	464	708
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	3.068	3.363
JCP e Dividendos propostos a pagar	37.815	19.358
Impostos e encargos sociais a recolher	**2.731**	**595**
Imposto de renda retido de colaboradores	56	51
Imposto de renda retido de terceiros	2.272	316
Contribuições previdenciárias	392	218
Contribuições para o FGTS	7	6
Outros impostos e encargos sociais	4	4
Encargos trabalhistas	**121**	**88**
Férias a pagar	121	88
Impostos e contribuições	**544**	**425**
Contribuição social	–	360
COFINS	468	56
PIS	76	9
Outras contas a pagar	**141**	**424**
Total	**44.884**	**24.961**

10 DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES

a. Prêmios a restituir

Refere-se a prêmios a restituir às seguradoras no valor de R$ 6.022 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 8.435 em 31 de dezembro de 2024).

b. Operações com retrocessionárias

Referem-se aos prêmios de retrocessão cedidos, provisão para riscos vigentes mas não emitidos, ressarcimento de sinistros pagos e prêmio mínimo de contratos de excesso de danos firmados com retrocessionárias.

31 de dezembro de 2025

Ramos	Prêmios Efetivos	Prêmios Estimados	Prêmios RVNE	Sinistros	Prêmios de excesso de danos	Total
Fiança locatícia	2.825	–	301	–	–	3.126
Crédito interno	34.956	–	6.503	16.933	151	58.543
Crédito exportação	3.333	–	5.003	693	28	9.057
Garantia segurado setor público	301.429	150	11.960	2.432	2.037	318.008
Garantia segurado setor privado	34.685	–	12.475	2.570	5.453	55.183
Total	**377.228**	**150**	**36.242**	**22.628**	**7.669**	**443.917**

31 de dezembro de 2024

Ramos	Prêmios Efetivos	Prêmios Estimados	Prêmios RVNE	Sinistros	Prêmios de excesso de danos	Total
Fiança locatícia	1.568	–	213	–	–	1.781
Crédito interno	34.302	–	6.253	17.742	–	58.297
Crédito exportação	2.043	–	5.473	–	–	7.516
Garantia segurado setor público	250.827	251	11.305	1.963	2.180	266.526
Garantia segurado setor privado	34.539	–	11.256	2.361	4.848	53.004
Total	**323.279**	**251**	**34.500**	**22.066**	**7.028**	**387.124**

11 PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGURADORAS

a. Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

31 de dezembro de 2025

Ramos	PPNG Efetivo	PPNG Estimado	DCD	DCD Estimado	PPNG Líquida
Fiança locatícia	23.596	–	(9.857)	–	13.739
Crédito interno	47.978	–	(14.640)	–	33.338
Crédito exportação	5.607	–	(1.609)	–	3.998
Garantia segurado setor público	1.173.452	1.334	(445.335)	(670)	728.781
Garantia segurado setor privado	151.679	–	(60.017)	–	91.662
Total	**1.402.312**	**1.334**	**(531.458)**	**(670)**	**871.518**

31 de dezembro de 2024

Ramos	PPNG Efetivo	PPNG Estimado	DCD	DCD Estimado	PPNG Líquida
Fiança locatícia	14.085	–	(5.868)	–	8.217
Crédito interno	49.528	–	(14.453)	–	35.075
Crédito exportação	3.418	–	(933)	–	2.485
Garantia segurado setor público	963.237	2.108	(366.902)	(882)	597.561
Garantia segurado setor privado	140.742	–	(56.172)	–	84.570
Total	**1.171.010**	**2.108**	**(444.328)**	**(882)**	**727.908**

Movimentação provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e provisão de despesas de comercialização diferidas (DCD) - Efetivo

	PPNG		DCD	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	**1.171.010**	**1.037.156**	**(444.328)**	**(399.636)**
Apropriações	(540.677)	(478.815)	203.072	180.442
Constituições	771.979	612.669	(290.202)	(225.134)
Saldo final	**1.402.312**	**1.171.010**	**(531.458)**	**(444.328)**

Movimentação provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e provisão de despesas de comercialização diferidas (DCD) - Estimado

	PPNG		DCD	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	**2.108**	**323**	**(882)**	**(139)**
Apropriações	(1.032)	(67)	421	27
Constituições	516	1.852	(209)	(770)
Variação cambial	(258)	–	–	–
Saldo final	**1.334**	**2.108**	**(670)**	**(882)**

b. Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

Ramos	2025	2024
Fiança locatícia	101	110
Crédito interno	53.167	30.812
Crédito exportação	343	5.595
Garantia segurado setor público	145.964	147.530
Garantia segurado setor privado	118.878	113.778
Total	**318.453**	**297.825**

A provisão de sinistros a liquidar contempla sinistros avisados em processo de regulação sendo que a parte a recuperar da retrocessionária, encontra-se no ativo.

Movimentação provisão de sinistros a liquidar (PSL)

	2025	2024
Saldo inicial	**297.825**	**301.835**
Constituição	333.075	250.194
Pagamentos	(209.138)	(177.412)
Reversão	(113.775)	(89.448)
Atualização monetária	10.466	12.656
Saldo final	**318.453**	**297.825**

c. Provisão de despesas relacionadas (PDR)

Ramos	2025	2024
Fiança locatícia	87	55
Crédito interno	81	78
Garantia segurado setor público	7.332	6.358
Garantia segurado setor privado	15.057	14.898
Total	**22.557**	**21.389**

Movimentação provisão de despesas relacionadas (PDR)

	2025	2024
Saldo inicial	**21.389**	**20.840**
Constituição	3.972	2.204
Pagamentos	(3.581)	(3.613)
Reversão	(631)	(118)
Atualização monetária	1.408	2.076
Saldo final	**22.557**	**21.389**

d. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

Ramos	2025	2024
Fiança locatícia	406	352
Crédito interno	88.899	27.840
Crédito exportação	3.354	–
Garantia judicial	10	9
Garantia segurado setor público	25.217	22.391
Garantia segurado setor privado	4.691	4.145
Total	**122.577**	**54.737**

e. Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)

Ramos	2025	2024
Fiança locatícia	38	
Garantia segurado setor público	7.900	–
Garantia segurado setor privado	5.176	–
Total	**13.114**	**–**

O saldo de IBNeR divulgado na tabela acima é composto por R$ 10.666 de IBNeR de PSL e R$ 2.448 de IBNeR de PDR.

f. Outras provisões técnicas

	2025	2024
Provisão de excedentes técnicos	333	242
Total	**333**	**242**

12 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2025	2024
Provisões técnicas de resseguros e retrocessões		
Provisão de prêmios não ganhos - efetivo	871.518	727.908
Provisão de sinistros a liquidar e PDR	341.010	319.214
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	122.577	54.737
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	13.114	–
Provisão de excedentes técnicos	333	242
Total	**1.348.552**	**1.102.101**
Recuperação de sinistros e PDR	(298.681)	(274.556)
Prêmios de retrocessão diferidos	(739.037)	(620.474)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados retrocessão	(112.567)	(43.792)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados retrocessão	(12.179)	–
Direitos creditórios	(296.824)	(258.520)
Ativos de retrocessão não redutores	373.617	326.521
Total	**(1.085.671)**	**(870.821)**
Total a ser coberto	**262.881**	**231.280**
Composição dos ativos vinculados		
Títulos de renda fixa públicos	355.910	252.631
Total	**355.910**	**252.631**
Suficiência de cobertura	**93.029**	**21.351**

13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 212.113 dividido em 473.650.441 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencente a acionista domiciliado no país (R$ 212.113 dividido em 473.650.441 em 31 de dezembro de 2024).

b. Reservas legal

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício ajustado na forma da lei.

	2025	2024
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)		
Lucro líquido do exercício	91.243	65.928
Reserva legal (5%)	(4.562)	(3.296)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	86.681	62.632
Dividendos mínimos obrigatórios	21.670	15.658
Total dividendos distribuídos	**–**	**–**
Juros sobre o capital próprio, bruto de impostos	**44.488**	**22.774**

Em 29 de junho e 25 de setembro de 2023, durante as Assembleias Gerais Extraordinárias, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 20.446 (o imposto de renda retido na fonte de R$ 3.067), referente ao resultado do exercício de 2023, pagos à acionista única Junto Holding Brasil S.A. no dia 28 de fevereiro de 2024.

Em 29 de abril de 2024, durante a Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o pagamento de dividendos discricionários no valor de R$ 6.271, oriundos das reservas de lucros da Companhia, pagos à acionista única Junto Holding Brasil S.A. no dia 30 de abril de 2024.

Em 28 de junho, 7 de outubro e 13 de dezembro de 2024, durante as Assembleias Gerais Extraordinárias, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 22.774 (o imposto de renda retido na fonte de R$ 3.416), referente ao resultado do exercício de 2024, pagos à acionista única Junto Holding Brasil S.A. no dia 30 de abril de 2025.

Em 28 de novembro e 19 de dezembro de 2025, durante as Assembleias Gerais Extraordinárias, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R$ 44.488 (o imposto de renda retido na fonte de R$ 6.673), referente ao resultado do exercício de 2025, a serem pagos à acionista única Junto Holding Brasil S.A. até o dia 30 de abril de 2026. A distribuição ora aprovada integrou o dividendo obrigatório devido aos acionistas.

d. Ajustes com títulos e valores mobiliários

Ajustes com títulos e valores mobiliários incluem a variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável.

Os valores registrados em ajustes com títulos e valores mobiliários são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que eles se referem.

14 DEMONSTRATIVO DA SUFICIÊNCIA DO PLA E SUFICIÊNCIA DE CAPITAL

Nos termos da Resolução CNSP no 432/21 e alterações posteriores, as sociedades resseguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), de acordo com os níveis de cobertura definidos pelo normativo.

	2025	2024
Patrimônio Líquido (a)	**419.115**	**371.985**
(–) Despesas antecipadas	(226)	(284)
(–) Ativos intangíveis	(32)	(52)
(–) Outros	(92)	(6)
1. Ajustes contábeis (b)	**(350)**	**(342)**
(–) Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos mantidos até o vencimento	–	–
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	**–**	**–**
PLA - nível I (*)	418.375	371.293
PLA - nível II	–	–
PLA - nível III	389	350
Subtotal PLA - nível (d)	**418.764**	**371.643**
Mínimo 50% do CMR serão cobertos por PLA de nível 1	418.375	371.293
Máximo 15% do CMR serão cobertos por PLA de nível 3	–	–
Máximo 50% do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e nível 3	389	350
Subtotal PLA - limitador (e)	418.764	371.643
3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d)	–	–
4. PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. do Exc. De Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)	**418.764**	**371.643**
5. Capital mínimo requerido		
Capital-base (CB)	60.000	60.000
Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)		
Capital de risco de subscrição	13.806	10.103
Capital de risco de crédito	39.946	31.285
Capital de risco operacional	5.529	4.519
Capital de risco de mercado	3.421	928
Correlação entre os riscos	(7.762)	(4.674)
Capital de risco (CR)	**54.940**	**42.161**
Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre (CB) e (CR) (h)	**60.000**	**60.000**
Suficiência de capital (i = g - h)	**358.764**	**311.643**
Suficiência de capital (i / h)	**598%**	**519%**
Índice de solvência (j = g / h)	**698%**	**619%**

(*) Inclui os ajustes determinados no parágrafo 13 no artigo 56 da Resolução CNSP 432.

15 DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

Principais ramos de atuação

a. Prêmios ganhos

Ramos	2025	2024
Fiança locatícia	4.183	2.295
Crédito interno	42.368	46.119
Crédito exportação	1.680	3.871
Garantia segurado setor público	246.670	214.937
Garantia segurado setor privado	41.475	32.232
Total	**336.376**	**299.454**

b. Sinistralidade (sinistros ocorridos sobre o prêmio ganho brutos de retrocessão)

	2025		2024	
Ramos	Sinistros ocorridos	% sinistralidade sobre o prêmio ganho	Sinistros ocorridos	% sinistralidade sobre o prêmio ganho
Fiança locatícia	(1.379)	33	(602)	26
Crédito interno	(240.284)	567	(137.221)	298
Crédito exportação	(3.826)	228	(480)	12
Garantia judicial	(2)	–	15	–
Garantia segurado setor público	(20.203)	8	(10.781)	5
Garantia segurado setor privado	(22.395)	54	(22.383)	69
Total	**(288.089)**	**86**	**(171.452)**	**57**

c. Resultado com retrocessão

	2025	2024
Prêmios cedidos em retrocessão	(658.067)	(535.846)
Variação das despesas de retrocessão	188.307	113.958
Recuperação de sinistros ocorridos	276.199	161.741
Recuperação dos custos de aquisição	256.997	207.343
Variação das receitas de comercialização diferidas	(69.961)	(36.638)
Outras receitas com operações de retrocessão	49.916	38.077
Total	**43.391**	**(51.365)**

Prêmios cedidos em retrocessão

Ramos	2025	2024
Fiança locatícia	(10.627)	(7.345)
Crédito interno	(57.965)	(79.672)
Crédito exportação	(4.573)	(4.201)
Garantia segurado setor público	(521.045)	(353.663)
Garantia segurado setor privado	(63.857)	(90.965)
Total	**(658.067)**	**(535.846)**

Variação das despesas de retrocessão - Provisão de prêmio não ganho

Ramos	2025	2024
Fiança locatícia	6.155	5.197
Crédito interno	(2.698)	13.293
Crédito exportação	1.930	(908)
Garantia segurado setor público	175.510	50.372
Garantia segurado setor privado	7.410	46.004
Total	**188.307**	**113.958**

Recuperação de sinistros ocorridos

Ramos	2025	2024
Fiança locatícia	694	770
Crédito interno	240.285	137.221
Crédito exportação	3.826	480
Garantia judicial	2	(7)
Garantia segurado setor público	14.463	8.751
Garantia segurado setor privado	16.929	14.526
Total	**276.199**	**161.741**

Recuperação dos custos de aquisição - Receitas de comercialização com retrocessão

Ramos	2025	2024
Fiança locatícia	4.672	3.217
Crédito interno	20.381	27.404
Crédito exportação	1.601	1.141
Garantia segurado setor público	205.483	138.499
Garantia segurado setor privado	24.860	37.082
Total	**256.997**	**207.343**

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Parana Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 2678-59B8-4366-BCDC.

junto Re
/juntore.com

Demonstrações Financeiras 2025

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

JUNTO RESSEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 09.594.758/0001-70
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

d. Outras receitas (despesas) com operações de retrocessão

	2025	2024
Participação nos lucros de retrocessão	50.403	39.612
Outras receitas (despesas)	(487)	(1.535)
Total	**49.916**	**38.077**

e. Despesas administrativas

	2025	2024
Pessoal próprio	(4.488)	(3.999)
Serviços de terceiros	(11.381)	(8.015)
Localização e funcionamento	(2.552)	(951)
Publicidade e propaganda	(50)	(52)
Despesas com publicações	(35)	(30)
Donativos e contribuições	(970)	(957)
Outras despesas administrativas (i)	23	(79)
Total	**(19.453)**	**(14.083)**

(i) Valor positivo em 2025 em função de uma recuperação de despesa obtida pela Companhia decorrente de uma multa indevida.

f. Despesa com tributos

	2025	2024
Impostos federais	(7.435)	(6.117)
Impostos municipais	(27)	(49)
Contribuições para a COFINS	(4.130)	(2.599)
Contribuições para o PIS	(671)	(422)
Taxa de fiscalização	(717)	(717)
Total	**(12.980)**	**(9.904)**

g. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa privados	2.804	2.733
Receitas com títulos de renda fixa públicos	57.612	39.757
Receitas com fundos de investimentos	5.684	3.158
Receitas com resseguros e retrocessões	11.789	12.979
Outras receitas financeiras	25	2
Total	**77.914**	**58.629**
Despesas financeiras		
Despesas com resseguros e retrocessões	(13.605)	(15.556)
Despesas com impostos e contribuições sobre transações financeiras	(1.540)	(1.265)
Outras despesas financeiras	(18)	(15)
Total	**(15.163)**	**(16.836)**
Total resultado financeiro	**62.751**	**41.793**

16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do exercício

	2025	2024
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**123.341**	**95.753**
Alíquota nominal	40%	40%
Impostos à alíquota nominal	(49.336)	(38.302)
Provisão para participação nos lucros	259	236
Adições/Exclusões permanentes	10	–
Efeito dos incentivos fiscais	599	576
Efeito do destaque de JCP	17.795	9.110
Imposto de renda e contribuição social	**(30.673)**	**(28.380)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(30.712)	(28.385)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39	5
Alíquota efetiva	25%	30%

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	189	18	–	207
Outros créditos (RVR ativo de retrocessão)	161	21	–	182
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**350**	39	–	**389**
Total dos créditos tributários	**350**	39	–	**389**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	303	–	(114)	189
Outros créditos (RVR ativo de retrocessão)	42	119	–	161
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**345**	119	(114)	**350**
Total dos créditos tributários	**345**	119	(114)	**350**

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico.

c. Projeção de realização dos créditos tributários sobre as diferenças tributárias temporárias.

Ano	IRPJ	CSLL
Realização em 2026	196	118
Realização em 2027	5	3
Realização em 2028	4	2
Realização em 2029	9	5
Realização em 2030	29	18
	243	**146**

O estudo elaborado pela Companhia para a realização do crédito tributário relacionados a provisão para crédito de liquidação duvidosa leva em consideração a tabela de dedutibilidade fiscal, que prevê a utilização dos créditos nos próximos 5 anos.

17 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou operações com partes relacionadas pertencentes ao Grupo J. Malucelli e empresas do Grupo na qual faz parte. Os principais saldos na data do balanço, bem como as receitas (despesas) do exercício, estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Ativo		
Prêmios de Resseguro		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	355.673	286.019
Ativos de retrocessão - prêmios de retrocessão diferidos		
Travelers Casualty And Surety Company of America (v)	31.654	18.979
Total	**387.327**	**304.998**
Passivo		
JCP e Dividendos a pagar		
Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii)	37.815	19.358
Outras contas a pagar		
Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii)	98	428
Prêmios de Retrocessão		
Travelers Casualty And Surety Company of America (v)	3.504	3.918
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	792.704	649.735
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	283.355	279.799
Total	**1.117.476**	**953.238**

Demonstração do resultado	2025	2024
Prêmios emitidos líquidos		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	429.767	322.925
Prêmios de retrocessão cedidos		
Travelers Casualty And Surety Company of America (v)	(23.261)	(10.693)
Variação das despesas de retrocessão		
Travelers Casualty And Surety Company of America (v)	26.367	15.704
Variações das provisões técnicas		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	(143.555)	(74.508)
Sinistros ocorridos		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	(24.619)	(28.082)
Despesas administrativas		
Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii)	(8.155)	(6.088)
Fundo Paraná de Previd. Multipatrocinada - Ligada (iv)	(200)	(187)
Taxa administrativa investimentos		
4UM Gestão de Recursos Ltda - Ligada (iii)	(624)	(572)
Total	**255.720**	**218.499**

(i) As transações com a ligada Junto Seguros S.A. referem-se às operações de resseguros.
(ii) As transações com a controladora Junto Holding Brasil S.A. referem-se ao ressarcimento de custos de estrutura à qual compreende serviços administrativos comuns às suas subsidiárias, cujos principais objetivos destacam-se a eficiência operacional e redução de custos. Os critérios de alocação destes custos são determinados, principalmente, pelo tempo alocado nas atividades realizadas pela controladora às suas subsidiárias. Os saldos também incluem valores a pagar de dividendos e juros sob o capital próprio.
(iii) Referem-se às despesas com taxa de administração das carteiras de aplicações financeiras.
(iv) Referem-se às transações relacionadas ao convênio do plano de benefícios.
(v) Referem-se às operações de retrocessão com a empresa ligada à acionista da controladora da Companhia.

Remuneração dos administradores

As despesas com honorários de diretoria no montante de R$ 2.125 (R$ 1.935 em 31 de dezembro de 2024) estão registradas na rubrica "Despesas administrativas - pessoal próprio". Aos Administradores também foi destinado, a título de remuneração variável o montante de R$ 1.244 (R$ 1.369 em 31 de dezembro de 2024).

18 OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Participação dos colaboradores nos resultados

A Companhia possui programa de participação nos resultados para seus colaboradores conforme previsto no "Acordo coletivo de trabalho específico sobre a participação dos empregados, nos lucros e resultados da Junto Resseguros S.A.". Tais despesas são registradas no resultado do exercício na rubrica "Participações sobre o resultado", o saldo dessa despesa é de R$ 182 (R$ 76 em 31 de dezembro de 2024).

b. Plano de aposentadoria complementar

A Companhia é patrocinadora de um plano de aposentadoria complementar na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização. A Companhia é responsável por efetuar contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria e pensão para colaboradores e diretores que aderiram ao Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e por custear as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes.

As contribuições totalizaram R$ 70 (R$ 63 em 31 de dezembro de 2024). As contribuições relativas à acumulação das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.

c. Honorários de auditores independentes

Os honorários dos auditores independentes praticados serão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da Junto Holding Brasil S.A.

DIRETORIA

Gustavo Henrich
Diretor Presidente

Eduardo de Oliveira Nóbrega
Diretor Técnico e Diretor Vice-Presidente

Elisa Francielli Marchi Prestes
Diretora Administrativa-Financeira

Diego Marins Massara
Diretor Jurídico e de Compliance

COMITÊ DE AUDITORIA

Paulo José Arakaki **Mauricio Alvarez da Silva** **Alberto Spilborghs Neto**

ATUÁRIO RESPONSÁVEL

Pedro José Ribeiro Coutinho
MIBA - 3076

CONTADOR RESPONSÁVEL

Hilário Mario Walesko
CRC-PR 29.585/O-9

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos Diretores da **Junto Resseguros S.A.**

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da **Junto Resseguros S.A.** ("**Companhia**") é um órgão estatutário subordinado ao Diretor Presidente e à Assembleia Geral de Acionistas, instituído em 30 de março de 2013, e cujo funcionamento obedece a seu regimento interno.

O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pela **Companhia** e em obediência e consonância com os preceitos e normas instituídos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). O Comitê é composto por membros independentes eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP, tendo suas indicações sido homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a diretoria em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da **Companhia**. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações, a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade (compliance) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, atuarias, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises, decorrentes de seu trabalho, ao longo do exercício de 2025.

Principais Atividades do Comitê

O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas, na sede da **Companhia** ou por vídeo conferência, com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder aos questionamentos formulados. O Comitê acompanha e revisa, à distância, os documentos e informações a ele submetidos.

As atividades do Comitê, no exercício de 2025 até esta data, incluíram:

a) Reuniões com os executivos das áreas de Contabilidade, Controladoria, Financeiro e Investimentos, Atuarial, Compliance e Controles Internos, Operações, Ouvidoria, Tecnologia da Informação (infraestrutura e segurança da informação) e áreas operacionais, bem como com os profissionais responsáveis pela Auditoria Interna, Auditoria Atuarial e com os Auditores Independentes.

b) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos e gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas, externas e internas, da **Companhia**.

c) Avaliação das demonstrações financeiras e discussão com a Administração da **Companhia** e com seus Auditores Independentes, sobre as práticas contábeis relevantes adotadas, as informações divulgadas, o tratamento das questões contábeis críticas, os controles internos, e o cumprimento das normas legais e regulamentares mais relevantes.

d) Análise dos relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da **Companhia**, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

O Comitê realizou, ainda, reuniões com o Diretor-Presidente e membros da Diretoria Executiva da **Companhia**.

O Comitê mantém, com os auditores independentes, com a auditoria interna e com a Auditoria atuarial, canais regulares de comunicação. O Comitê inteirou-se dos seus planos anuais de trabalho, e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes, da auditoria interna e da Auditoria atuarial, às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade, e independência com que essas atividades são exercidas.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e apoiado no relatório dos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes e dos Atuários Independentes, entende que, as demonstrações financeiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, encontram-se em condições de serem apreciadas pela Diretoria.

O Comitê informa ainda que, no período abrangido por esse relatório, não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração, ou fraude que, por sua relevância, colocasse em risco a continuidade da **Companhia** ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026.

Paulo José Arakaki - Coordenador do Comitê de Auditoria
Mauricio Alvarez da Silva - Membro do Comitê de Auditoria
Alberto Spilborghs Neto - Membro do Comitê de Auditoria

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Junto Resseguros S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Junto Resseguros S.A.** (a seguir denominada "Companhia"), em **31 de dezembro de 2025**, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas e pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados,

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Parana Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 2678-59B8-4366-BCDC.

junto Re
/juntore.com

Demonstrações Financeiras 2025

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

JUNTO RESSEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 09.594.758/0001-70
Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197
3º andar | Curitiba/PR

continuação

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com base em nosso conhecimento técnico e experiência profissional. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Junto Resseguros S.A.** em **31 de dezembro de 2025** foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2026.

Brenda de Borba Trajano
Atuária Auditora Independente - MIBA 2842
CPF 029363920/55
Mirador Assessoria Atuarial Ltda.
CIBA 84
CNPJ: 04.941.624/0001-64
Av. Padre Cacique, 320 - 3º andar, Porto Alegre, RS, 90810-240

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Junto Resseguros S.A
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Junto Resseguros S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Junto Resseguros S.A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2026

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Almir Eduardo Bertoncelo
CRC PR-052082/O

www.juntoseguros.com

Este documento foi assinado digitalmente por Editora Bem Parana Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 2678-59B8-4366-BCDC.